

EXAME DE ORDEM OAB/MG - 1ª ETAPA - 24.08.97  
PROVA OBJETIVA - MÚLTIPLA ESCOLHA

DIREITO CIVIL E PROCESSO CIVIL

01) Marque a afirmativa **incorreta**:

- a. ( ) O Código Civil brasileiro regula os direitos e obrigações de ordem privada concernentes às pessoas, aos bens e às suas relações.
- b. ( ) Todo homem é capaz de direitos e obrigações na ordem civil.
- c. ( ) A distinção entre nacionais e estrangeiros quanto à aquisição e ao gozo dos direitos civis é excepcional.
- d. ( ) A personalidade civil do homem começa do nascimento com vida, pondo a lei a salvo os direitos do nascituro, após o nascimento.

02) É nulo o ato jurídico, **exceto**:

- a. ( ) quando praticado por pessoa absolutamente incapaz;
- b. ( ) quando for ilícito ou impossível o seu objeto;
- c. ( ) quando for preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para a sua validade;
- d. ( ) por vício resultante de erro, dolo, coação, simulação ou fraude.

03) A posse pode ser adquirida, **exceto**:

- a. ( ) pela própria pessoa que a pretende;
- b. ( ) por seu representante ou procurador;
- c. ( ) por terceiro sem mandato, independente de ratificação;
- d. ( ) pelo constituto possessório.

04) Marque a afirmativa **incorreta**:

- a. ( ) A desconsideração da personalidade jurídica é obrigatória no Código do Consumidor.
- b. ( ) Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.
- c. ( ) Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo.
- d. ( ) O Código de Defesa do Consumidor impõe responsabilidade solidária ao fornecedor de serviços por atos praticados por seus representantes autônomos.

05) Marque a opção **correta**:

São direitos e deveres iguais dos conviventes:

- I) Respeito e consideração mútuos.
  - II) Guarda, sustento e educação dos filhos comuns.
  - III) Assistência moral e material recíproca.
- a. ( ) Apenas a afirmativa I.
  - b. ( ) Apenas as afirmativas I e II.
  - c. ( ) Todas as afirmativas.
  - d. ( ) Nenhuma das afirmativas.

06) São consideradas coisas fungíveis:

- a. ( ) Os móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.
- b. ( ) Os móveis que não podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.
- c. ( ) As coisas fora do comércio, as insuscetíveis de apropriação, e as legalmente inalienáveis.
- d. ( ) As que se podem partir em porções reais e distintas, formando cada qual um todo perfeito.

07) Indique a testemunha **incapaz, impedida** e **suspeita**, nesta ordem:

- a. ( ) I- o demente interdito; II- o pai de alguma das partes; III- o inimigo da parte.
- b. ( ) I- o menor de 16 anos; II- o cônjuge de alguma das partes; III- o cego.
- c. ( ) I- o menor de 18 anos; II- o tio de alguma das partes; III- o surdo/mudo.
- d. ( ) I- o débil mental; II- o amigo de alguma das partes; III- o interessado no litígio.

08) Quanto aos atos do juiz, **é correto** afirmar:

- a. ( ) pode o juiz se eximir de julgar o mérito da causa, ante a lacuna da lei ou sua obscuridade;
- b. ( ) o juiz só julgará por equidade, se houver previsão legal;
- c. ( ) o juiz pode conhecer de questões não suscitadas pelas partes, mesmo que a lei exija a iniciativa destas;
- d. ( ) o juiz não pode, de ofício, determinar a realização de provas não expressamente requeridas pelas partes.

09) Não há condenação em honorários advocatícios quando se decide:

- a. ( ) ação de reparação de danos;
- b. ( ) ação de rito ordinário;

- c. ( ) impugnação ao valor da causa;
- d. ( ) ação de separação litigiosa.

10) Com relação ao “Juizado Especial Cível” **é correto** afirmar:

- a. ( ) O réu poderá oferecer, no prazo de quinze (15) dias, contestação, exceção e reconvenção.
- b. ( ) Da sentença caberá apelação, no prazo de quinze (15) dias.
- c. ( ) Os recursos serão julgados por uma turma composta de conciliador e de juízes togados e leigos.
- d. ( ) O maior de 18 anos poderá ser autor, independentemente de assistência, inclusive para fins de conciliação.

11) Com relação ao “procedimento sumário” **é correto** afirmar:

- a. ( ) Das decisões sobre matéria probatória, ou proferidas em audiência, o agravo será sempre retido.
- b. ( ) Será admissível ação declaratória incidental e intervenção de terceiro.
- c. ( ) A audiência será una, de conciliação, instrução e julgamento.
- d. ( ) O réu deverá apresentar rol de testemunhas em até 48 (quarenta e oito) horas antes da audiência.

12) Todas as afirmativas a respeito da antecipação dos efeitos da tutela são verdadeiras, **exceto:**

- a. ( ) O juiz poderá, de ofício ou a requerimento das partes, antecipar total ou parcialmente, os efeitos da tutela.
- b. ( ) Não se concederá a antecipação da tutela quando houver perigo de irreversibilidade do provimento antecipado.
- c. ( ) A tutela antecipada poderá ser revogada ou modificada a qualquer tempo, em decisão fundamentada.
- d. ( ) O agravo é o recurso cabível contra o deferimento da antecipação dos efeitos da tutela.

## DIREITO COMERCIAL

13) Examinando as diversas declarações cambiais, pode-se afirmar que o “aceite” é compatível e cabível nos seguintes títulos:

- a. ( ) duplicata e cheque;
- b. ( ) cheque e nota promissória;
- c. ( ) duplicata e letra de câmbio;
- d. ( ) nota promissória e letra de câmbio.

14) A nota promissória que não contém a data do vencimento será considerada um título:

- a. ( ) nulo;
- b. ( ) anulável;
- c. ( ) pagável à vista;
- d. ( ) pagável em 30 (trinta) dias.

15) Numa sociedade anônima não podem coexistir:

- a. ( ) ações integralizadas e ações não integralizadas;
- b. ( ) ações ordinárias de classes diversas;
- c. ( ) ações com e ações sem valor nominal;
- d. ( ) ações com valores nominais diferentes.

16) Quem exercer o comércio sem registrar, previamente, sua firma estará exposto às conseqüências abaixo transcritas, **exceto**:

- a. ( ) Não poderá impetrar concordata, a não ser que, em se tratando de comerciante individual, tenha passivo quirografário inferior a 100 (cem) vezes o maior salário mínimo vigente no País.
- b. ( ) Não poderá efetuar compras a prazo, devendo realizar todo pagamento à vista.
- c. ( ) Não poderá, na qualidade e condição de comerciante, requerer a falência de outrem.
- d. ( ) Não poderá ter, revestidos das formalidades legais necessárias, os livros indispensáveis à sua escrita comercial.

17) A administração da falência é exercida:

- a. ( ) pelo devedor falido, sob a imediata supervisão de seus credores;
- b. ( ) pelo representante do Ministério Público, sob a imediata supervisão do Procurador Geral de Justiça;
- c. ( ) pelo maior credor do falido, sob a imediata direção e supervisão do juiz;
- d. ( ) pelo síndico, sob a imediata direção e superintendência do juiz.

## DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL

18) Extingue-se a punibilidade do agente, **exceto**:

- a. ( ) pela reabilitação;
- b. ( ) pela morte do agente;
- c. ( ) pelo perdão judicial, nos casos previstos em lei;
- d. ( ) pelo perdão aceito, nos crime de ação privada.

19) São causas interruptivas da prescrição, **exceto**:

- a. ( ) o recebimento da denúncia ou da queixa;
- b. ( ) a pronúncia;
- c. ( ) o início ou continuação do cumprimento da pena;

d. ( ) a sentença recorrível, mesmo que absolutória.

20) No crime de violação de correspondência, tipificado pelo artigo 151 do Código Penal Brasileiro como sendo o ato de “devassar indevidamente o conteúdo de correspondência fechada dirigida a outrem”, a palavra “indevidamente” pode ser classificada como:

- a. ( ) circunstância de meio;
- b. ( ) elemento normativo;
- c. ( ) objetividade jurídica;
- d. ( ) núcleo.

21) Em relação ao **Concurso Aparente de Normas**, assinale a opção **correta**:

- a. ( ) A situação, em que o porteiro de um determinado prédio subtrai jóias de vários apartamentos ali localizados, nas mesmas circunstâncias de modo e meio de execução do crime, configura hipótese de concurso aparente de normas visto que um único bem jurídico foi ofendido: o patrimônio.
- b. ( ) O Princípio da Especialidade, em que uma norma penal considerada **especial** é aplicada em relação a outra (**geral**), quando ambas referem-se a um mesmo fato, é critério orientador para solucionar o conflito aparente de normas.
- c. ( ) Ao menos três princípios são adotados para solucionar o conflito aparente de normas: Princípio da Subsidiariedade, Princípio da Confusão, Princípio da Especialização.
- d. ( ) Diz-se concurso aparente de normas ou concurso ideal quando, mediante uma só ação ou omissão, o agente dá causa a mais de um resultado lesivo.

22) Assinale a alternativa **correta**:

- a. ( ) A cogitação é punível no direito brasileiro, salvo em relação às liberdades públicas protegidas constitucionalmente.
- b. ( ) A interpretação autêntica é a única modalidade de interpretação admitida no Direito Penal.
- c. ( ) A reação de uma pessoa ao ataque de um animal sempre configura hipótese de legítima defesa.
- d. ( ) Admite-se que uma pessoa aja em estado de necessidade, mesmo que o perigo resulte de um fenômeno da natureza.

23) A impetração de **habeas corpus** com fundamento em nulidade manifesta do processo não é apropriada se:

- a. ( ) ultrapassada a fase da defesa prévia;

- b. ( ) já chegada a fase das alegações finais;
- c. ( ) a sentença condenatória tiver transitada em julgado;
- d. ( ) nenhuma das respostas anteriores.

24) Ao oferecer, em processo por homicídio doloso, alegações finais, que são firmes e concludentes no sentido de não ser o réu autor do fato, o defensor, certo de que o réu não deve ir a julgamento pelo Júri, pretende:

- a. ( ) a absolvição sumária;
- b. ( ) a desclassificação do crime;
- c. ( ) a despronúncia;
- d. ( ) a impronúncia.

25) A denúncia oferecida pelo Ministério Público, inteiramente divorciada da prova colhida no inquérito policial em que pretensamente buscou amparo, bem configura aquilo que o insigne Ministro Orosimbo Nonato certa feita chamou de “criação mental da acusação”. No **habeas corpus**, cabe, por isso mesmo, a alegação de:

- a. ( ) falta de justa causa;
- b. ( ) falta de pressuposto processual;
- c. ( ) falta de condição da ação;
- d. ( ) falta de condição de procedibilidade.

26) Um determinado despacho diz respeito ao dia e hora designados para audiência admonitória. O estagiário, embora intrigado com a expressão, acertou ao entender que se trata de:

- a. ( ) audiência preparatória para a remessa do condenado à penitenciária;
- b. ( ) audiência relacionada com o sursis;
- c. ( ) audiência de advertência com a participação do delegado de polícia;
- d. ( ) audiência para efetivação de livramento condicional.

27) No processo de **habeas corpus**:

- a. ( ) há isenção de custas;
- b. ( ) o impetrante deverá inicialmente fazer depósito para custas;
- c. ( ) o preparo deverá ser feito antes da conclusão dos autos para sentença;
- d. ( ) as custas serão exigidas depois de prolatada a sentença.

28) Assinale a alternativa **incorreta**:

- a. ( ) A nulidade relativa, se ocorrer em audiência de instrução e julgamento, deve ser argüida na hora.
- b. ( ) A nulidade absoluta não se sana por falta de argüição oportuna.

- c. ( ) Não existe nulidade se não prevista na lei.
- d. ( ) Alegada uma nulidade estabelecida em favor do réu, somente pode o juiz deixar de declará-la para absolvê-lo.

29) Assinale a alternativa **incorreta**, com relação ao recurso de apelação nos juízos criminais comuns:

- a. ( ) pode ser interposta quer por petição, quer por termo nos autos;
- b. ( ) o apelante pode declarar que deseja apresentar as razões da apelação diretamente ao Tribunal *ad quem*;
- c. ( ) as razões podem ser apresentadas no juízo *a quo* depois da interposição da apelação, com novo prazo para elas;
- d. ( ) a interposição do recurso é ato para o qual se exige capacidade postulacional.

## DIREITO DO TRABALHO

30) Assinale a alternativa **correta**:

- a. ( ) Se o decreto, que regulamenta uma lei trabalhista, concede ao empregado mais direitos do que lei regulamentada, deve prevalecer sobre ela, em nome do princípio da prevalência da regra mais favorável.
- b. ( ) Se uma convenção coletiva de trabalho proibir o trabalho em dia que a lei permite que se exija do empregado, deve o instrumento normativo prevalecer sobre a lei.
- c. ( ) O regulamento de empresa só é válido se feito com a participação dos empregados, pois ele faz parte das condições do contrato de trabalho ou integra tais condições.
- d. ( ) Todas as proposições são erradas .

31) Assinale a alternativa **correta**:

- a. ( ) É nulo o contrato de trabalho e de nenhum efeito, se a atividade do empregador é ilícita.
- b. ( ) É nulo o contrato de trabalho e de nenhum efeito, se, além de ilícita a atividade do empregador, também é ilícito o trabalho em si, prestado pelo empregado, por contrário à moral.
- c. ( ) É nulo o contrato de trabalho e de nenhum efeito, se o trabalho é proibido para o empregado que o executa, como, por exemplo, o trabalho insalubre para o menor.
- d. ( ) Nulo e de nenhum efeito o contrato de trabalho, restituem-se as partes ao “statu quo ante”.

32) Assinale a proposição **correta**:

A dependência exigida pela Consolidação das Leis do Trabalho para a existência de relação de emprego é:

- a. ( ) econômica;
- b. ( ) técnica;
- c. ( ) social;
- d. ( ) jurídica.

33) Assinale a alternativa **correta**:

- a. ( ) O contrato individual de trabalho é “intuitu personae” em relação a ambos os sujeitos, empregador e empregado.
- b. ( ) Em caso de contrato de equipe, não se exige a pessoalidade da prestação de trabalho.
- c. ( ) Trabalho eventual é o que é prestado de modo não intermitente, imposto por exigência constante da empresa.
- d. ( ) Trabalho não eventual é o que se destina a satisfazer às necessidades normais do empregador, na consecução dos fins da empresa.

34) Assinale a alternativa **correta** :

São elementos constitutivos da definição de empregado:

- a. ( ) Pessoa física; serviço de natureza não eventual; dependência; salário; pessoalidade.
- b. ( ) Empresa; subordinação; serviço não eventual; salário; pessoalidade.
- c. ( ) Pessoa jurídica ou física; serviço não eventual; subordinação hierárquica e jurídica; salário; pessoalidade.
- d. ( ) Pessoa física; dependência; salário justo; serviço não eventual; pessoalidade.

35) Assinale a alternativa **correta**:

- a. ( ) A sentença normativa oriunda do dissídio coletivo pode ser de natureza declaratória e constitutiva, porém não condenatória.
- b. ( ) O dissídio coletivo é forma de auto-composição de um conflito coletivo, tendo como pressuposto necessário a tentativa de uma prévia hetero-composição do conflito mediante arbitragem.
- c. ( ) Nos dissídios coletivos, o não comparecimento do suscitante à audiência importa arquivamento do processo, ao passo que o não comparecimento do suscitado resulta confissão ficta, que pode, contudo, ser amenizada pelo Tribunal em razão da presença nos autos de outros elementos probatórios.
- d. ( ) “São nulas cláusulas de sentenças normativas de Tribunais Regionais que criem ou homologuem condição de trabalho que o Tribunal Superior do Trabalho julgue, iterativamente, inconstitucional” (Enunciado No. 190, TST).



36) Assinale a alternativa **correta:**

- a. ( ) A unicidade ou unidade sindical é incompatível com o Estado Federativo.
- b. ( ) A convenção N° 87, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), defende a concepção pluralista da organização sindical.
- c. ( ) A Constituição Federal de 1988 adota o sistema da pluralidade sindical.
- d. ( ) A Constituição vigente permite a sindicalização no setor público civil e militar.

37) Assinale a alternativa **correta:**

- a. ( ) O aviso prévio não é mais devido na hipótese de “despedida indireta” após a promulgação da Constituição Federal de 1988.
- b. ( ) O aviso prévio passou a ser devido a partir de 1983, em virtude de lei ordinária, na hipótese da chamada “despedida indireta”.
- c. ( ) O aviso prévio não é mais devido, no caso de “despedida indireta”, em virtude de jurisprudência sumulada.
- d. ( ) No caso de “despedida indireta” o aviso prévio é proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de 45 (quarenta e cinco) dias.

38) Assinale a afirmativa **incorreta:**

- a. ( ) O pagamento do salário ao empregado há de ser totalmente em dinheiro.
- b. ( ) O pagamento do salário ao empregado há de ser em dinheiro, pelo menos em parte.
- c. ( ) Poderão ser descontados do empregado rural, com o seu consentimento prévio, as seguintes parcelas: a) até o limite de 20% pela ocupação da morada; b) até 25% pelo fornecimento de alimentação sadia e farta, atendidos os preços vigentes na região.
- d. ( ) A compensação, na Justiça do Trabalho, está restrita a dívidas de natureza trabalhista e só pode ser suscitada na contestação.

39) Sobre a prorrogação do contrato de trabalho, assinale a afirmativa **correta:**

- a. ( ) O contrato de experiência não pode exceder de 30 dias.
- b. ( ) O contrato de trabalho por prazo determinado que for prorrogado mais de uma vez passa a vigorar sem determinação de prazo.
- c. ( ) O contrato de trabalho por prazo determinado pode ser estipulado por mais de dois anos, desde que o empregador justifique tal necessidade.
- d. ( ) Os direitos oriundos ao contrato de trabalho não subsistem em caso de falência, concordata ou dissolução da empresa.

DIREITO CONSTITUCIONAL

40) Dentre os direitos e deveres individuais e coletivos estabelecidos pela Constituição Federal, em seu artigo 5º, marque a alternativa **incorreta**:

- a. ( ) é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;
- b. ( ) não haverá juízo ou tribunal de exceção;
- c. ( ) a lei penal tem aplicação imediata, e nunca poderá retroagir;
- d. ( ) a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.

41) Marque a alternativa **incorreta**:

- a. ( ) Compete **privativamente** à União Federal legislar sobre desapropriação, direito civil, comercial, penal, processual e do trabalho.
- b. ( ) Compete **privativamente** à União Federal legislar sobre diretrizes da política nacional de transportes.
- c. ( ) Compete **privativamente** à União Federal legislar sobre direito tributário.
- d. ( ) Compete **concorrentemente** à União Federal, aos Estados e ao Distrito Federal legislar sobre proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.

42) Marque a alternativa **correta**:

- a. ( ) Os vencimentos dos servidores públicos civis e militares podem ser reduzidos, desde que por autorização concedida por **Lei Complementar**.
- b. ( ) É vedada, em qualquer hipótese, a acumulação remunerada de cargos públicos.
- c. ( ) A partir da Constituição Federal de 1988, a exigência de concurso público de provas ou de provas e títulos existe apenas para a primeira investidura em cargo ou emprego público.
- d. ( ) O prazo de validade do concurso público será de, no máximo, dois (2) anos, prorrogável uma vez, por igual período.

43) Assinale a opção **correta**:

- a. ( ) A Advocacia-Geral da União e o Ministério Público da União são as instituições que, diretamente ou através de órgãos vinculados, representam a União Federal, judicial e extrajudicialmente.
- b. ( ) A competência para julgar, em grau de recurso especial, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a recorrida contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência, é do Supremo Tribunal Federal.

- c. ( ) Compete aos Tribunais Regionais Federais julgar, em grau de recurso, as causas decididas pelos Juízes Federais e pelos Juízes Estaduais no exercício da competência federal da área de sua jurisdição.
- d. ( ) Apenas os Juízes e Ministros dos Tribunais Superiores gozam da garantia de vitaliciedade.

44) A Sra. Emerenciana Pitanga, sentindo-se lesada por ato do Sr. Delegado da Receita Federal, impetrou Mandado de Segurança alegando basicamente o seguinte:

- que o ato do Sr. Delegado da Receita Federal estava fundado em Portaria editada pelo Ministro da Fazenda;
- que o seu direito está amparado em Tratado Internacional em vigor no Brasil;
- que Tratado Internacional tem estatura hierárquica de Lei Ordinária;
- que, portanto, a Portaria do Ministro da Fazenda não pode prevalecer sobre Tratado Internacional; e
- consequentemente, que o Sr. Delegado da Receita Federal praticou ato lesivo de direito líquido e certo constante de disposição de Tratado Internacional em vigor no Brasil.

A sentença proferida pelo Juiz Federal de primeira instância foi favorável à impetrante. Em segunda instância, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região contrariou o referido Tratado Internacional em vigor no Brasil.

**É correto afirmar que, contra o referido acórdão:**

- a. ( ) cabe Recurso Extraordinário para o Supremo Tribunal Federal por afronta a Tratado Internacional;
- b. ( ) cabe Recurso Especial para o Superior Tribunal de Justiça por afronta a Tratado Internacional;
- c. ( ) cabe Recurso Ordinário para o Superior Tribunal de Justiça por afronta a Tratado Internacional;
- d. ( ) não cabe qualquer recurso contra decisão que tenha contrariado Tratado Internacional..

#### DIREITO ADMINISTRATIVO

45) Em relação às empresas públicas e sociedades de economia mista **é incorreto** afirmar que:

- a. ( ) a sua criação depende de lei específica;
- b. ( ) o ingresso em seu quadro de pessoal independe de concurso público;
- c. ( ) sujeitam-se ao princípio geral da obrigatoriedade de licitação;
- d. ( ) sujeitam-se, quando exploram atividade econômica, ao regime próprio das

empresas privadas.

46) Em relação à licitação pública, **é incorreto** afirmar que:

- a. ( ) são suas modalidades a concorrência, a tomada de preços, o convite, o concurso e o leilão;
- b. ( ) a sua dispensa decorre da inviabilidade de competição;
- c. ( ) os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios podem editar normas específicas a seu respeito;
- d. ( ) destina-se sempre a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração.

47) Constituem restrições do Estado sobre a propriedade privada, **exceto**:

- a. ( ) A desapropriação por interesse social.
- b. ( ) A concessão de direito real de uso.
- c. ( ) O tombamento.
- d. ( ) A servidão administrativa.

48) Em relação às concessões de serviço público, **é incorreto** afirmar que:

- a. ( ) dependem de prévia licitação;
- b. ( ) têm natureza jurídica de contrato;
- c. ( ) transferem ao concessionário a titularidade do serviço;
- d. ( ) o concessionário responde objetivamente pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros.

49) Em relação à “teoria dos motivos determinantes”, **é incorreto** afirmar que:

- a. ( ) Os atos administrativos, quando tiverem sua prática motivada, ficam vinculados aos motivos expostos.
- b. ( ) Os atos discricionários, se forem motivados, sujeitam-se ao confronto da existência e legitimidade dos motivos indicados.
- c. ( ) O ato administrativo deve ser revogado quando os motivos determinantes são falsos ou inexistentes.
- d. ( ) Ao Poder Judiciário cabe verificar a existência e a veracidade dos motivos declarados do ato administrativo.

## DIREITO TRIBUTÁRIO

50) Assinalar a afirmação **correta**:

Se um advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, é assessor jurídico de determinada empresa e professor em estabelecimento de ensino superior, mantendo em ambas as atividades relação de emprego, em regime de trabalho subordinado:

- a. ( ) dá-se o fato gerador do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza que incidirá sobre cada espécie de atividade do contribuinte;
- b. ( ) dá-se o fato gerador do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, que, no entanto, incidirá uma única vez, sobre a atividade “preponderante” do contribuinte;
- c. ( ) dá-se o fato gerador do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, mas nada deve o advogado pagar, pois só pessoa jurídica é contribuinte do imposto;
- d. ( ) não se dá o fato gerador do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, nada devendo-se pagar com relação a esse tributo.

51) A competência tributária no Brasil:

- a. ( ) É fixada exclusivamente pela Constituição Federal.
- b. ( ) Pode ser alterada, em casos específicos, por lei complementar.
- c. ( ) Em relação aos Estados pode ser ampliada pela Constituição Estadual.
- d. ( ) Em relação aos Municípios, pode ser modificada por disposições expressas da Lei Estadual Orgânica dos Municípios.

52) Se em Julho de 1979, um decreto do Prefeito Municipal majora as alíquotas do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, determinando que as novas alíquotas atinjam todos os fatos geradores ocorridos antes de sua vigência:

- a. ( ) aplica-se o Decreto (de 1979) aos fatos geradores ocorridos a partir de 1979 (inclusive);
- b. ( ) aplica-se o Decreto (de 1979) apenas a partir do exercício de 1980, por força do princípio da anualidade;
- c. ( ) aplica-se a Lei anterior a todos os fatos geradores ocorridos antes ou depois de 1979, pois a majoração desse tributo, feito por decreto, não tem validade;
- d. ( ) aplica-se o Decreto (de 1979) a todos os fatos geradores ocorridos antes ou depois de 1979, pois assim o determina o ato do Prefeito Municipal.

53) No Direito Tributário Brasileiro:

- a. ( ) A obrigação de pagar tributo nasce de um contrato entre o Estado e o contribuinte, permitido por lei.
- b. ( ) A obrigação de pagar tributo é considerada acessória.
- c. ( ) Além da obrigação de pagar tributo, a lei pode prescrever outros deveres aos contribuintes, chamados acessórios, como prestar esclarecimentos, emitir documentos fiscais, escriturar livros, etc.
- d. ( ) Surgindo obrigação tributária, o Estado tem o dever de pagar a prestação e o

contribuinte o direito de cobrá-la, podendo a lei prescrever outros deveres aos contribuintes, chamados acessórios.

## DIREITO INTERNACIONAL

54) No **III Fórum das Américas**, conferência diplomática internacional que se realizou em Belo Horizonte em maio deste ano, discutiu-se a instituição da ALCA - Área de Livre Comércio das Américas.

A grande polêmica que antecedeu ao encontro girou em torno da participação da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Foi discutido se estes quatro Estados membros do Mercosul deveriam participar do **III Fórum das Américas** individualmente, ou como Organização Internacional com personalidade de Direito Internacional Público.

Quanto ao estágio **atual** da ALCA e do Mercosul, **é correto** afirmar:

- a. ( ) o estágio da primeira é Mercado Comum, enquanto o estágio do segundo é União Aduaneira imperfeita;
- b. ( ) o estágio da primeira é Área de Livre Comércio, enquanto o estágio do segundo é Mercado Comum;
- c. ( ) ambos são Mercados Comuns;
- d. ( ) a primeira sequer atingiu o estágio de Área de Livre Comércio, enquanto o estágio do segundo é União Aduaneira imperfeita.

55) Usiminas S.A. (compradora), empresa brasileira com sede em Belo Horizonte, e Expo GmbH (vendedora), trading alemã sediada em Berlim, celebraram um contrato Internacional de Compra e Venda de 100.000 (cem mil) toneladas de carvão. O referido Contrato foi assinado na sede da empresa alemã.

O contrato Internacional foi omissivo em indicar Legislação Aplicável e Poder Judiciário competente.

No momento da execução do Contrato, as partes se desentenderam, o que acarretou uma controvérsia.

Quanto ao caso acima descrito, **é correto** afirmar que:

- a. ( ) se consultado, o Poder Judiciário Brasileiro, relativamente competente, deverá utilizar lei processual e lei material brasileiras para dirimir a controvérsia;
- b. ( ) se consultado, o Poder Judiciário Brasileiro, relativamente competente, deverá utilizar lei processual brasileira e lei material alemã para dirimir a controvérsia;
- c. ( ) se consultado, o Poder Judiciário Brasileiro, absolutamente competente, deverá utilizar lei processual e lei material brasileiras para dirimir a controvérsia;
- d. ( ) se consultado, o Poder Judiciário Brasileiro, absolutamente competente, deverá utilizar lei processual brasileira e lei material alemã para dirimir a controvérsia.

## ESTATUTO DA OAB / CÓDIGO DE ÉTICA

56) No caso de lide judicial temerária, o advogado que patrocina a causa:

- a. ( ) não será responsabilizado em qualquer hipótese, pois sua função se limita ao patrocínio dos interesses do constituinte;
- b. ( ) será responsabilizado solidariamente com seu constituinte, desde que coligado com este para lesar a parte contrária, devendo tal responsabilidade ser apurada em ação própria;
- c. ( ) será responsabilizado solidariamente com seu constituinte, desde que coligado com este para lesar a parte contrária, podendo o juiz apurar tal responsabilidade nos próprios autos;
- d. ( ) será responsabilizado solidariamente com seu constituinte, ainda que não esteja coligado com este para lesar a parte contrária.

57) Quanto ao exercício da advocacia **é incorreto** afirmar:

- a. ( ) A incompatibilidade determina a proibição total do exercício da advocacia.
- b. ( ) O impedimento determina a proibição parcial do exercício da advocacia.
- c. ( ) O advogado substabelecido, com reserva de poderes, poderá cobrar honorários sem a intervenção daquele que conferiu o substabelecimento.
- d. ( ) Não se inclui na atividade privativa da advocacia a impetração de **habeas corpus** em qualquer instância ou tribunal.

58) O advogado tem o direito, **exceto:**

- a. ( ) de ingressar livremente nas salas de sessões dos tribunais, mesmo além dos cancelos que separam a parte reservada aos magistrados;
- b. ( ) de ingressar livremente em qualquer assembléia ou reunião de que participe ou possa participar seu cliente, ou perante a qual este deva comparecer, independentemente de poderes especiais;
- c. ( ) de retirar autos de processos findos, mesmo sem procuração, pelo prazo de dez dias;
- d. ( ) de usar os símbolos privativos da profissão de advogado.

59) Interrompe-se a prescrição nas infrações disciplinares praticadas pelo advogado, **exceto:**

- a. ( ) a instauração do processo disciplinar;
- b. ( ) a notificação válida feita diretamente ao advogado;
- c. ( ) a decisão condenatória recorrível de qualquer órgão julgador da OAB;
- d. ( ) a superveniência de infração disciplinar de idêntica tipicidade.



60) A Ordem dos Advogados do Brasil:

- a. ( )** Mantém vínculos hierárquico e funcional com órgãos da Administração Pública Federal.
- b. ( )** Tem como uma de suas funções, promover, em conjunto com o Estado, a seleção e a disciplina dos advogados em todo o país.
- c. ( )** Dentre suas finalidades, tem por objetivo defender a Constituição, a ordem jurídica do estado democrático de Direito, os Direitos Humanos, a justiça social, e pugnar pela boa aplicação das leis, pela rápida aplicação da justiça e pelo aperfeiçoamento da cultura e das instituições jurídicas.
- d. ( )** É um serviço privado, tendo como únicas funções expressamente definidas em lei, a defesa, a seleção e a disciplina da atividade profissional dos advogados.

## GABARITO

### PROVA OBJETIVA - EXAME DE ORDEM

01 - D	21 - B	41 - C
02 - D	22 - D	42 - D
03 - C	23 - D	43 - C
04 - A	24 - D	44 - B
05 - C	25 - A	45 - B
06 - A	26 - B	46 - B
07 - A	27 - A	47 - B
08 - B	28 - C	48 - C
09 - C	29 - D	49 - C
10 - D	30 - B	50 - D
11 - A	31 - B	51 - A
12 - A	32 - D	52 - C
13 - C	33 - D	53 - C
14 - C	34 - A	54 - D
15 - D	35 - A	55 - B
16 - B	36 - B	56 - B
17 - D	37 - B	57 - C
18 - A	38 - A	58 - B
19 - D	39 - B	59 - D
20 - B	40 - C	60 - C